

# MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO

Professor Titular (aposentado) de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da USP.

Doutor *honoris causa* da Universidade de Lisboa. Doutor pela Universidade de Paris.

Ex-Professor visitante da Faculdade de Direito de *Aix-en-Provence* (França). Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. Presidente do Instituto “Pimenta Bueno” — Associação Brasileira dos Constitucionalistas.

# *Curso de* Direito Constitucional

40ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção editorial** Luiz Roberto Curia  
**Gerência executiva** Rogério Eduardo Alves

**Gerência editorial** Thais de Camargo Rodrigues  
**Editaria de conteúdo** Eveline Gonçalves Denardi  
**Assistência editorial** Bruna Gimenez Boani

**Coordenação geral** Clotissa Boraschi Maria  
**Preparação de originais** Maria Izobel Barreiros Bitencourt Bressan e  
 Ana Cristina Garcia (coords.)  
**Arte e diagramação** Claudirene de Moura Santos Silva  
**Revisão de provas** Amélia Kassis Ward e  
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)  
 Ivani A. Martins Cazarim

**Serviços editoriais** Elaine Cristina da Silva  
 Kelli Priscila Pinto  
 Monlia Cordeiro

**Capa** IDÉÉ arte e comunicação

**Produção gráfica** Marli Rampim  
**Impressão** RR Donnelley  
**Acabamento** RR Donnelley

ISBN 978-85-02-61703-2

**Ferreira Filho, Manoel Gonçalves**  
 Curso de direito constitucional / Manoel Gonçalves  
 Ferreira Filho. – 40. ed., – São Paulo : Saraiva, 2015.  
 1. Brasil - Direito constitucional 2. Direito  
 constitucional I. Título.

CDU-342

Índice para catálogo sistemático:

I Direito constitucional 342

**Data de fechamento da edição: 11-11-2014**

**Dúvidas?**

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.  
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

102.420.040.001

967626

# Índice sistemático

Do mesmo autor .....	5
Prefácio à 40ª edição .....	27

## PARTE I A CONSTITUIÇÃO

1. Plano desta Parte .....	29
<b>Capítulo 1º — O CONSTITUCIONALISMO .....</b>	<b>31</b>
1. A ideia de Constituição.....	31
2. Antecedentes.....	32
3. Pactos, forais e cartas de franquia.....	32
4. Contratos de colonização.....	33
5. As leis fundamentais do Reino .....	33
6. As doutrinas do Pacto Social .....	34
7. O pensamento iluminista .....	34
8. Noção polêmica de Constituição .....	35
9. O constitucionalismo .....	35
10. A racionalização do poder .....	36
11. Valor da racionalização.....	37
<b>Capítulo 2º — CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO .....</b>	<b>38</b>
1. Conceito genérico de Constituição .....	38
2. Constituição total.....	39
3. Conceito jurídico .....	39
4. Regras materialmente constitucionais .....	39
5. Regras formalmente constitucionais.....	40
6. Regras constitucionais quanto à aplicabilidade .....	40
7. Constituição material e Constituição formal .....	41
8. Constituição escrita e Constituição não escrita .....	41
9. Constituição dogmática e Constituição histórica.....	42

10. Constituição rígida, flexível e semirrígida.....	42
11. Constituição-garantia, Constituição-balanço, Constituição-dirigente.....	42
<b>Capítulo 3º — CONCEITO DE DIREITO CONSTITUCIONAL</b>	44
1. Direito Constitucional como ciência .....	44
2. Direito Constitucional particular ou positivo.....	45
3. Direito Constitucional comparado.....	45
4. Direito Constitucional geral.....	45
5. Direito Constitucional material e formal .....	46
6. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito Público....	46
7. O Direito Constitucional e os demais ramos do Direito Privado....	47
8. Relações do Direito Constitucional com disciplinas de cunho não jurídico .....	47
<b>Capítulo 4º — O PODER CONSTITUINTE</b> .....	48
1. A Constituição, lei suprema.....	48
2. Origem da ideia de Poder Constituinte.....	49
3. O Poder Constituinte e seu fundamento lógico .....	49
4. Poder Constituinte: originário e derivado.....	50
5. A natureza do Poder Constituinte .....	50
6. Titularidade: <i>consensus</i> e legitimidade.....	51
7. O agente do Poder Constituinte .....	52
8. O veículo do Poder Constituinte.....	53
9. O direito de revolução.....	54
10. Caracteres do Poder Constituinte originário.....	54
11. Formas de expressão do Poder Constituinte originário .....	55
12. O Poder Constituinte derivado: caracteres.....	56
13. Espécies de Poder Constituinte derivado.....	56
14. A limitação do poder de revisão .....	56
15. Limitações temporais, circunstanciais e materiais .....	57
16. Formas de expressão do poder de revisão .....	58
17. O estabelecimento da Constituição de 1988.....	59
<b>Capítulo 5º — O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE</b>	61
1. O critério real da distinção entre rigidez e flexibilidade constitucionais.....	62
2. Origem americana do controle .....	62
3. Conceito de controle de constitucionalidade.....	62

4. Aplicabilidade e omissão no cumprimento da norma constitucional .....	63
5. A natureza do ato inconstitucional .....	63
6. Formas de controle: preventivo ou repressivo .....	64
7. Formas de controle: judiciário ou político.....	65
8. Controle judiciário difuso e concentrado.....	66
9. Controle judiciário principal e incidental .....	66
10. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade .....	67
11. Natureza da decisão de inconstitucionalidade .....	67
12. O controle de constitucionalidade no Direito brasileiro .....	67
13. Caracteres do controle judiciário no Brasil .....	68
14. Ação direta de inconstitucionalidade.....	68
15. Ação de arguição de descumprimento de preceito fundamental	69
16. Atenuação dos efeitos do reconhecimento da inconstitucionalidade.....	69
17. Ação declaratória de constitucionalidade .....	70
18. A suspensão da eficácia por ato do Presidente da República	70
19. A suspensão da eficácia por ato do Senado .....	71
20. Desnecessidade da suspensão no caso de ação direta.....	71
21. A ação de inconstitucionalidade por omissão.....	71
22. Recurso extraordinário.....	73
23. Súmula vinculante .....	74

## PARTE II

### A FORMA DO ESTADO

1. Plano desta Parte.....	75
<b>Capítulo 6º — O ESTADO E SEUS TIPOS .....</b>	<b>77</b>
1. Conceito e elementos do Estado .....	77
2. A soberania .....	78
3. A ordem internacional .....	79
4. Centralização e descentralização .....	80
5. Tipos de Estado: Estado unitário .....	81
6. Estado unitário descentralizado .....	81
7. Estado constitucionalmente descentralizado .....	81
8. Tipos de Estado: Estado federal .....	82
9. A repartição de competências no Estado federal .....	83
10. A repartição de rendas no Estado federal .....	83
11. A formação do Estado federal .....	84

12. Tipos de federalismo .....	84
13. Natureza dos componentes do Estado federal .....	85
<b>Capítulo 7º — O ESTADO BRASILEIRO .....</b>	<b>86</b>
1. Origem e evolução do federalismo no Brasil .....	86
2. A tríplice estrutura do Estado brasileiro .....	88
3. Aspectos unitários e societários .....	88
4. A repartição de competências .....	89
5. A repartição de competência legislativa .....	89
6. A repartição de competência administrativa.....	90
7. A divisão de rendas .....	90
8. As quotas de participação .....	93
9. A intervenção federal .....	94
10. A decretação da intervenção .....	94
11. A manifestação do Congresso .....	95
<b>Capítulo 8º — OS ENTES DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA ....</b>	<b>96</b>
1. Os Estados-Membros .....	96
2. Os Territórios .....	97
3. O Distrito Federal .....	98
4. O Município .....	100
5. As regiões metropolitanas .....	102
6. Das regiões de desenvolvimento .....	102
<b>PARTE III</b>	
<b>A FORMA DO GOVERNO</b>	
1. Plano desta Parte.....	103
<b>Capítulo 9º — FORMAS, SISTEMAS E REGIMES POLÍTICOS</b>	<b>105</b>
1. Formas, sistemas e regimes políticos .....	105
2. A tipologia das formas de governo.....	106
3. A tipologia aristotélica.....	106
4. A tipologia dos regimes de governo .....	107
5. A tipologia dos sistemas de governo .....	107
<i>Seção 1ª — A democracia .....</i>	<i>109</i>
1. Considerações gerais .....	109
<b>Capítulo 10 — A DEMOCRACIA E SEUS TIPOS .....</b>	<b>110</b>
1. Os tipos de democracia .....	110

2. A democracia direta .....	111
3. O exemplo ateniense .....	111
4. A democracia indireta .....	113
5. A democracia representativa .....	113
6. A representação política .....	114
7. Natureza jurídica da representação .....	115
8. Os partidos políticos .....	116
9. Partidos e opinião pública .....	117
10. Os grupos de pressão .....	118
11. A representação de interesses .....	120
12. A democracia pelos partidos .....	121
13. Crítica à democracia partidária .....	123
14. A democracia cesarista .....	124
15. A democracia semidireta .....	125
16. Institutos de participação direta presentes na Constituição de 1988 .....	125
<b>Capítulo 11 — VALORES E FATORES CONDICIONANTES DA DEMOCRACIA .....</b>	<b>128</b>
1. A unanimidade democrática .....	128
2. Os valores básicos da democracia .....	129
3. A opção liberal .....	129
4. A democracia marxista .....	130
5. A democracia providencialista ou social .....	131
6. A concretização da democracia .....	131
7. O pressuposto social .....	132
8. O pressuposto econômico .....	132
9. As condições da democracia .....	133
10. Os sistemas eleitorais .....	133
11. Preparação para a democracia e experiência .....	135
<i>Seção 2ª — O sistema político brasileiro .....</i>	<i>137</i>
1. O tipo de democracia .....	137
2. Plano da Seção .....	137
<b>Capítulo 12 — A NACIONALIDADE .....</b>	<b>139</b>
1. A nacionalidade .....	139
2. O brasileiro nato e o naturalizado .....	140
3. O estrangeiro no Brasil .....	140
4. A aquisição da nacionalidade .....	141

5. Modos de aquisição no Direito brasileiro .....	142
6. Perda da nacionalidade .....	142
<b>Capítulo 13 — OS DIREITOS POLÍTICOS .....</b>	<b>143</b>
1. A cidadania .....	143
2. A cidadania ativa no Direito brasileiro .....	144
3. Aquisição e perda dos direitos políticos .....	145
4. Suspensão e recuperação dos direitos políticos .....	145
5. Elegibilidade e inelegibilidade .....	146
6. Irreelegibilidade .....	147
7. Incoerência .....	147
8. A inelegibilidade na Constituição de 1988 .....	148
9. Inelegibilidades enunciadas no texto constitucional .....	148
10. Inelegibilidades possibilitadas pelo texto constitucional .....	149
11. Inelegibilidades que visam a prevenir abusos .....	149
12. Inelegibilidades que visam a salvaguardar a moralidade e a pro- bidade administrativa.....	149
13. A situação do militar.....	150
14. A impugnação de mandato eletivo.....	150
<b>Capítulo 14 — OS PARTIDOS POLÍTICOS .....</b>	<b>151</b>
1. A previsão de um estatuto partidário .....	151
2. O combate aos partidos antidemocráticos .....	153
3. Os vícios do sistema partidário brasileiro .....	154
3.1. O número excessivo de partidos .....	154
3.2. A inautenticidade dos partidos brasileiros.....	154
3.3. O individualismo brasileiro .....	155
4. O caráter oligárquico dos partidos .....	155
5. O despreço por programas .....	156
6. Bipartidarismo e pluripartidarismo .....	156
7. O estatuto dos partidos na Constituição de 1988 .....	157
8. Perda do mandato por infidelidade partidária.....	158
<b>PARTE IV</b>	
<b>A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL</b>	
<b>Capítulo 15 — A “SEPARAÇÃO DE PODERES” .....</b>	<b>161</b>
1. A concentração e seus inconvenientes .....	161
2. A limitação do poder .....	162
3. Critérios de divisão do poder.....	162



4. A “separação de poderes”. Sua origem .....	163
5. A classificação das funções do Estado .....	163
6. Crítica à classificação tradicional das funções do Estado .....	164
7. A interpenetração dos “poderes” .....	165
8. O valor atual da “separação” .....	165
9. O ensinamento de Loewenstein .....	166
10. A “separação de poderes” como critério de classificação dos sistemas de governo .....	167
<i>Seção 1ª — Os sistemas de governo</i> .....	168
1. Considerações gerais .....	168
2. Observações sobre a concentração de poderes .....	168
3. Plano da Seção .....	169
<b>Capítulo 16 — O PRESIDENCIALISMO</b> .....	170
1. Origem .....	170
2. Características fundamentais jurídicas .....	171
3. Características políticas .....	172
4. Presidencialismo e multiplicidade partidária .....	173
5. A exacerbação personalista no presidencialismo brasileiro ...	173
6. O quadro atual .....	174
<b>Capítulo 17 — O PARLAMENTARISMO</b> .....	175
1. Origem .....	175
2. O parlamentarismo dualista e monista .....	177
3. A crise do parlamentarismo e a racionalização do poder .....	177
4. O parlamentarismo e suas condições .....	178
5. Caracteres jurídicos do parlamentarismo .....	179
6. Traços políticos .....	180
<b>Capítulo 18 — O SISTEMA DIRETORIAL</b> .....	181
1. O exemplo suíço .....	181
2. Características jurídicas .....	182
3. Traços políticos .....	182
4. Condições do sistema diretorial .....	182
<i>Seção 2ª — O Poder Legislativo</i> .....	184
1. Considerações gerais .....	184
<b>Capítulo 19 — O PODER LEGISLATIVO E SUAS TAREFAS</b> ..	185
1. Poder Legislativo e função legislativa .....	185
2. Crise legislativa e delegação .....	186

3. O poder financeiro .....	188
4. A razão de ser do Tribunal de Contas .....	188
5. As funções do Tribunal de Contas .....	188
6. <i>Status</i> do Tribunal de Contas e de seus membros.....	189
7. Composição .....	189
8. O poder de controle político .....	189
9. Relação entre controle político e sistemas de governo.....	190
10. As comissões parlamentares de inquérito.....	190
11. O <i>impeachment</i> .....	191
12. Origem do <i>impeachment</i> : Grã-Bretanha.....	191
13. Evolução do <i>impeachment</i> : Estados Unidos.....	192
14. O <i>impeachment</i> no Direito brasileiro.....	192
15. Natureza do instituto.....	193
16. O procedimento .....	194
17. O processo dos crimes comuns.....	195
18. Apreciação sobre o <i>impeachment</i> .....	195

## **Capítulo 20 — ORGANIZAÇÃO E GARANTIAS DO LEGISLATIVO .....**

<b>Capítulo 20 — ORGANIZAÇÃO E GARANTIAS DO LEGISLATIVO .....</b>	<b>196</b>
1. A organização do Legislativo .....	196
2. O unicameralismo.....	197
3. O bicameralismo.....	197
4. O bicameralismo na história constitucional brasileira.....	198
5. As sessões conjuntas do Congresso Nacional .....	199
6. A organização do Legislativo no Brasil: direção autônoma ....	199
7. A auto-organização e seus limites .....	199
8. As comissões .....	200
9. Condições de elegibilidade .....	201
10. O Senado na Federação .....	201
11. Funções do Senado .....	201
12. Composição .....	202
13. A Câmara dos Deputados: missão constitucional.....	203
14. Composição .....	203
15. Crítica .....	203
16. O modo de eleição dos deputados .....	204
17. Funções privativas da Câmara dos Deputados.....	204
18. Garantias da independência do Legislativo .....	205
19. A remuneração.....	205
20. As imunidades .....	206

21. Proibições .....	207
22. Impedimentos .....	207
23. Incompatibilidades.....	208
24. Zona cinzenta.....	208
25. Perda do mandato .....	208
26. Decoro parlamentar .....	210
27. A infidelidade partidária.....	210
<b>Capítulo 21 — A ELABORAÇÃO DA LEI .....</b>	<b>211</b>
1. Considerações gerais .....	212
2. Evolução do Direito brasileiro.....	212
3. Conceituação de processo legislativo .....	213
4. Emendas à Constituição .....	215
5. As limitações ao Poder Constituinte derivado.....	216
6. A lei ordinária.....	217
7. Objeto da lei.....	218
8. A lei ordinária como ato complexo .....	219
9. A iniciativa.....	219
10. Iniciativa geral, reservada e vinculada.....	219
11. Iniciativa popular .....	221
12. Emenda a projetos de lei .....	221
13. Deliberação.....	222
14. A instrução do projeto .....	223
15. Exame em procedimento normal .....	223
16. Exame em procedimento abreviado.....	224
17. Sanção: modalidades .....	224
18. Sanção e defeito de iniciativa .....	225
19. O veto.....	226
20. Natureza do veto .....	227
21. Formalização do veto.....	229
22. Apreciação do veto .....	229
23. Promulgação .....	231
24. Publicação.....	231
25. Lei delegada.....	232
26. Natureza da lei delegada.....	234
27. Matéria vedada à delegação.....	234
28. Modo de autorização da delegação.....	235
29. Delegação ao Presidente da República.....	235
30. Medidas provisórias.....	238
31. Lei complementar .....	241

32. Decreto legislativo .....	244
33. Resolução.....	245
<i>Seção 3<sup>a</sup> — O Poder Executivo</i> .....	247
1. Considerações gerais .....	247
<b>Capítulo 22 — O PODER EXECUTIVO E SUA MISSÃO</b> .....	249
1. O Executivo na “separação dos poderes” .....	249
2. A dupla missão do Executivo na doutrina clássica.....	250
3. O novo caráter do Executivo e suas causas.....	250
4. O poder governamental.....	251
5. A representação do Estado .....	251
<b>Capítulo 23 — A ESTRUTURAÇÃO DO GOVERNO</b> .....	252
1. O Executivo: governo mais administração .....	252
2. As figuras básicas do governo .....	253
3. A chefia do Estado.....	253
4. A chefia do governo.....	254
5. Os ministros .....	254
6. As formas típicas de governo .....	255
7. A forma monocrática .....	255
8. A forma dualista .....	255
9. A forma colegiada.....	255
10. A estrutura do Executivo no Brasil.....	255
11. Os poderes do Presidente da República.....	256
12. A eleição do Presidente da República .....	256
13. Reeleição do Presidente da República.....	257
14. O mandato presidencial .....	257
15. Requisitos para a presidência .....	258
16. Vacância da presidência.....	258
17. Impedimentos do Presidente.....	258
18. A sucessão e a substituição do Presidente .....	259
19. A vice-presidência .....	259
20. Os requisitos para o ministério .....	259
21. Funções do ministro.....	260
22. Órgãos de apoio ao Presidente da República.....	260
23. Conselho da República .....	260
24. Conselho de Defesa Nacional.....	261
<b>Capítulo 24 — A ADMINISTRAÇÃO CIVIL</b> .....	262
1. Conceito.....	262

2. Carreira ou derrubada? .....	263
3. Burocracia.....	263
4. Tecnocracia.....	264
5. O estatuto do servidor público.....	264
6. A carreira .....	264
7. Estabilidade e vitaliciedade .....	265
8. A aposentadoria .....	266
9. A responsabilidade por danos.....	267
10. Princípios administrativos.....	268
<b>Capítulo 25 — AS FORÇAS ARMADAS .....</b>	<b>269</b>
1. Conceituação .....	269
2. A finalidade constitucional das Forças Armadas.....	270
3. A posição constitucional das Forças Armadas.....	270
4. A tentação militar .....	271
5. Hierarquia militar .....	271
6. O princípio da nação em armas .....	272
7. Garantias do militar .....	272
8. O militar em cargos civis.....	273
9. As forças policiais estaduais.....	273
<i>Seção 4ª — O Poder Judiciário .....</i>	<i>274</i>
1. Considerações gerais .....	274
<b>Capítulo 26 — O PODER JUDICIÁRIO E SUAS GARANTIAS ...</b>	<b>275</b>
1. A natureza da “função jurisdicional”.....	275
2. Ampliação da função jurisdicional .....	277
3. A independência do Judiciário .....	277
4. As condições e os efeitos da decisão judicial.....	278
5. A matéria sujeita ao Judiciário .....	278
6. As garantias do Judiciário.....	279
7. A independência dos tribunais.....	279
8. O Estatuto dos Magistrados — ingresso e promoção na carreira.	280
9. Garantias dos magistrados: as da sua independência .....	281
10. As da sua imparcialidade.....	282
11. Algumas normas da Emenda n. 45/2004.....	282
<b>Capítulo 27 — A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA BRASILEIRA</b>	<b>283</b>
1. A complexidade da organização judiciária brasileira.....	283
2. A justiça federal e a estadual .....	284
3. A justiça comum e a especializada .....	284

4. Justiça especial e justiça de exceção.....	285
5. Divisão da justiça federal.....	285
6. Justiça federal comum: competência.....	285
7. Justiça federal: órgãos.....	286
8. Justiça federal: os juízos singulares.....	287
9. Justiça federal: os Tribunais Regionais Federais.....	287
10. Justiça militar: competência.....	287
11. Justiça militar: órgãos.....	288
12. As garantias dos juízes militares.....	288
13. A justiça eleitoral: origem.....	288
14. Competência.....	289
15. Órgãos em geral.....	289
16. Juízes eleitorais.....	289
17. Juntas eleitorais.....	289
18. Tribunais Regionais: composição.....	289
19. Competência dos Tribunais Regionais.....	290
20. Tribunal Superior Eleitoral: competência.....	290
21. Composição do Tribunal Superior Eleitoral.....	290
22. Justiça do trabalho: observações gerais.....	291
23. Competência da justiça do trabalho.....	291
24. Órgãos da justiça do trabalho.....	292
25. Justiça estadual.....	293
<b>Capítulo 28 — A CÚPULA DO PODER JUDICIÁRIO.....</b>	<b>294</b>
1. A cúpula do Poder Judiciário.....	294
2. O Supremo Tribunal Federal.....	295
2.1. Composição.....	295
2.2. Função essencial.....	295
2.3. O efeito vinculante.....	296
2.4. As súmulas.....	296
2.5. Restrição dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	297
2.6. Outras competências.....	297
2.7. O novo papel político do Supremo Tribunal Federal.....	298
3. O Conselho Nacional de Justiça.....	299
3.1. Nota histórica.....	299
3.2. Composição.....	299
3.3. Função essencial.....	300
4. Superior Tribunal de Justiça.....	301
4.1. Nota histórica.....	301
4.2. Composição.....	301

4.3. Competências .....	301
<b>Capítulo 29 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA .....</b>	<b>303</b>
1. Considerações gerais .....	303
2. O Ministério Público: natureza .....	303
3. A defesa da lei .....	304
3.1. O Conselho Nacional do Ministério Público.....	305
4. Ministério Público da União.....	306
5. Ministério Público dos Estados .....	306
6. Advocacia-Geral da União .....	307
7. A advocacia .....	307
8. Defensoria Pública.....	307

## PARTE V A LIMITAÇÃO DO PODER

1. Plano desta Parte.....	309
<b>Capítulo 30 — OS PRINCÍPIOS DO ESTADO DE DIREITO .....</b>	<b>311</b>
1. Considerações gerais .....	311
2. A igualdade como princípio inerente à democracia .....	312
3. Igualdade de direitos e igualdade de fato .....	312
4. Igualdade como limitação ao legislador e como regra de interpretação.....	312
5. As desigualdades constitucionais .....	313
6. A igualdade tributária .....	313
7. O retrocesso da igualdade .....	313
8. A igualdade perante a lei .....	314
9. O princípio da legalidade.....	314
10. A legalidade nas Constituições brasileiras .....	315
11. A submissão do regulamento à lei .....	315
12. O princípio do controle judiciário .....	315
13. <i>Due process of law</i> .....	316
<b>Capítulo 31 — A DOUTRINA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA EVOLUÇÃO .....</b>	<b>317</b>
1. Considerações gerais .....	318
2. Traços gerais das primeiras declarações de direitos .....	318
3. Causas: os abusos do absolutismo .....	319
4. Causas: a base filosófico-religiosa.....	319

5. Causas: o contexto econômico.....	320
6. O individualismo e sua evolução .....	320
7. Os direitos econômicos e sociais .....	320
8. Causas de evolução: a crítica às declarações individualistas	321
9. Causas de evolução: a “questão social” .....	321
10. Causas de evolução: a extensão do sufrágio .....	322
11. A substância dos direitos econômicos e sociais .....	322
12. As manifestações da nova concepção .....	322
13. A nova concepção nas Constituições brasileiras .....	323
14. Declarações de direitos e declarações de direitos e garantias	323
15. A terceira geração dos direitos .....	324

<b>Capítulo 32 — OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>325</b>
1. Observações gerais .....	326
2-A. Direitos explícitos e implícitos .....	326
2-B. Direitos advenientes de tratados .....	327
2-C. “Inaboliabilidade” dos direitos fundamentais.....	327
3. Classificação dos direitos explícitos .....	328
4. A liberdade de locomoção .....	329
5. A liberdade de pensamento: a liberdade de consciência .....	329
6. A liberdade de expressão ou manifestação do pensamento.....	330
7. A liberdade dos espetáculos e diversões.....	332
8. A liberdade de ensino .....	333
9. A liberdade de reunião.....	333
10. A liberdade de associação.....	333
11. A liberdade de profissão e de trabalho .....	334
12. A liberdade de ação .....	335
13. A liberdade sindical .....	335
14. O direito de greve .....	335
15. Os direitos relativos à segurança: o respeito aos direitos adquiridos .....	336
16. O respeito à liberdade pessoal .....	336
17. A inviolabilidade da intimidade.....	337
18. A inviolabilidade do domicílio .....	337
19. A segurança em matéria penal.....	337
20. Os direitos concernentes à propriedade: considerações gerais	338
21. O direito de propriedade .....	339
22. A desapropriação e a indenização .....	340



23. Confisco punitivo.....	340
24. Os fundamentos da desapropriação .....	341
25. As exceções à indenização prévia: a requisição .....	343
26. Os direitos do inventor.....	344
27. A propriedade das marcas de indústria e comércio .....	344
28. Os direitos de autor.....	344
29. Direito à herança.....	345
30. Aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos ...	345
31. Direitos sociais .....	346
32. Direitos de solidariedade .....	347
<b>Capítulo 33 — OS REMÉDIOS DE DIREITO CONSTITUCIO-</b>	
<b>NAL .....</b>	<b>348</b>
1. Considerações gerais .....	348
2. O <i>habeas corpus</i> no Direito inglês .....	349
3. Na história constitucional brasileira .....	350
4. Na Constituição de 1988.....	351
5. Exclusão do <i>habeas corpus</i> no tocante a transgressões discipli-	
nares.....	351
6. O mandado de segurança: origem.....	352
7. Objeto e fundamento .....	353
8. Mandado de segurança coletivo.....	353
9. O direito de petição.....	354
10. Mandado de injunção.....	354
11. Fontes ignoradas .....	355
12. Competência para julgamento .....	355
13. Aspectos fundamentais .....	356
14. A ação popular: objeto.....	357
15. Fontes.....	357
16. A interpretação do art. 5º, LXXIII.....	358
17. A extensão da ação popular .....	358
18. A <i>causa petendi</i> .....	359
19. A natureza da ação.....	360
20. Ação civil pública.....	360
21. <i>Habeas data</i> .....	362
<b>Capítulo 34 — OS SISTEMAS DE EMERGÊNCIA .....</b>	<b>364</b>
1. Considerações gerais .....	364
2. Os sistemas principais de defesa da ordem constitucional .....	365

3. A ditadura romana .....	365
4. A suspensão da Constituição .....	366
5. A lei marcial .....	366
6. A suspensão do <i>habeas corpus</i> .....	367
7. O estado de sítio: origem .....	368
8. No Direito brasileiro.....	368
9. Análise do conceito .....	369
10. Limitação no tempo e no espaço .....	370
11. Os fundamentos fáticos do estado de sítio.....	371
12. A decretação do sítio .....	372
13. A prorrogação do sítio .....	372
14. A execução do sítio e a responsabilidade dos seus executores	373
15. A fiscalização judiciária .....	373
16. O controle político do sítio .....	374
17. Modalidades do sítio.....	374
18. As imunidades parlamentares.....	374
19. A questão das eleições durante o estado de sítio .....	375
20. O estado de defesa .....	375
21. Observações finais .....	376

## PARTE VI A ORDEM ECONÔMICA

1. Plano desta Parte.....	379
---------------------------	-----

<b>Capítulo 35 — A CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA .....</b>	<b>381</b>
1. O “econômico” nas Constituições liberais .....	381
2. Nas Constituições sociais .....	382
3. Nas Constituições socialistas.....	383
4. A Constituição “econômica” .....	383
5. Objeto .....	384
6. Constituição econômica formal .....	384
7. Constituição econômica material.....	385
8. Elementos essenciais da Constituição econômica material.....	385
9. Tipos de organização econômica: economia descentralizada	386
10. Economia centralizada.....	387
11. Economia mista .....	387
12. A iniciativa econômica .....	387
13. O regime dos fatores de produção .....	388
14. A finalidade da organização econômica.....	389

<b>Capítulo 36 — BASES E VALORES DA ORDEM ECONÔMICA BRASILEIRA</b> .....	390
1. Considerações gerais .....	390
2. Os princípios do ordenamento constitucional econômico e sua inspiração .....	391
3. A justiça social.....	391
4. O desenvolvimento econômico.....	392
5. A liberdade de iniciativa.....	392
6. A valorização do trabalho humano.....	393
7. A função social da propriedade .....	393
8. A expansão das oportunidades de emprego produtivo .....	394
9. Soberania nacional.....	394
10. Defesa do consumidor .....	394
11. Defesa do meio ambiente .....	394
12. Favorecimento às empresas nacionais de pequeno porte.....	394
13. Os direitos do trabalhador.....	394

<b>Capítulo 37 — A ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO</b> .....	396
1. Orientação básica: neoliberal.....	396
2. A doutrina social da Igreja.....	397
3. A socialista-democrática.....	397
4. A marxista.....	397
5. A corrente estatista .....	398
6. O econômico na Constituição vigente .....	398
7. Iniciativa privada <i>versus</i> iniciativa estatal .....	398
8. Igualdade na competição .....	399
9. Empresa brasileira de capital nacional e de capital estrangeiro ...	399

## PARTE VII A ORDEM SOCIAL

1. Plano desta Parte.....	401
<b>Capítulo 38 — A ORDEM SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO VIGENTE</b> .....	403
1. Base da ordem social .....	403
2. Seguridade social.....	403
3. Saúde .....	404

4. Previdência social .....	404
5. Assistência social.....	404
6. Educação.....	404
7. Cultura .....	405
8. Desporto.....	405
9. Ciência e tecnologia.....	405
10. Comunicação social.....	405
11. Meio ambiente .....	406
12. Família .....	406
13. Criança, adolescente, jovem e idoso.....	407
14. Índios .....	408

## PARTE VIII A EFETIVAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. Plano desta Parte.....	409
<b>Capítulo 39 — A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ...</b>	<b>411</b>
1. Linguagem e direito.....	411
2. A interpretação .....	412
3. Objeções da doutrina “realista” .....	413
4. Os métodos de interpretação.....	414
5. A interpretação autêntica .....	415
6. A interpretação jurisprudencial .....	415
7. <i>Stare decisis</i> , súmula e efeito vinculante.....	416
8. As fórmulas de experiência .....	416
9. A interpretação constitucional.....	417
10. A lição dos antigos .....	417
11. A lição de Maximiliano .....	418
12. A lição de Canotilho.....	418
<b>Capítulo 40 — ESPÉCIES DE NORMAS CONSTITUCIONAIS</b>	<b>419</b>
1. Os diferentes ângulos.....	419
2. A forma: normas escritas e normas não escritas.....	420
3. A completude.....	420
4. A aplicabilidade das normas constitucionais.....	421
5. As normas exequíveis por si sós .....	421
6. As normas não exequíveis por si sós .....	422
7. A doutrina de José Afonso da Silva.....	422
8. Princípios e regras constitucionais.....	423

**Capítulo 41 — OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E SUA**

<b>APLICAÇÃO</b> .....	424
1. Constituição e princípios .....	424
2. Espécies de princípios constitucionais: os princípios inferidos .....	425
3. Espécies de princípios constitucionais: os princípios prescritivos .....	425
4. Princípios e regras: a distinção clássica .....	426
5. Princípios e regras: a doutrina substancialista .....	427
6. A aplicação dos princípios .....	427
7. A densificação dos princípios: competência do legislador .....	427
8. A aplicação direta dos princípios .....	428
9. Aplicação <i>contra legem</i> .....	428
10. A colisão entre princípios .....	429
11. Os direitos fundamentais como princípios .....	429

**PARTE IX  
EPÍLOGO**

**ALTERAÇÕES E MUDANÇAS DA CONSTITUIÇÃO BRASI-**

<b>LEIRA DE 1988</b> .....	431
1. A distinção entre alteração e mudança .....	432
2. Mudanças informais na Constituição de 1988 .....	432
3. O fenômeno da mudança informal da Constituição .....	433
4. Os fatores de mudança informal .....	433
5. A identificação de normas não escritas .....	435
6. O papel do Judiciário e dos demais Poderes na mudança in- formal .....	435
7. A mutação constitucional .....	436
8. O Supremo Tribunal Federal e as mudanças informais na Cons- tituição brasileira .....	437
9. Alguns exemplos: a reedição de medidas provisórias .....	437
10. A fixação do número de vereadores .....	438
11. A vinculação do eleito ao partido .....	440
12. O reconhecimento das uniões homossexuais como entidade familiar .....	441
13. O suprimento de omissão legislativa .....	442
14. A edição de normas gerais .....	443
15. As súmulas vinculantes .....	444
16. A modulação dos efeitos do reconhecimento da inconstitu- cionalidade .....	444

17. O debate em torno da mutação da Constituição .....	445
18. Mudança ou mutação? .....	446
19. Implicação das mudanças em relação à doutrina do poder cons- tituinte .....	447
20. Um poder constituído constituinte... ..	447
21. Um aspecto não previsto do controle de constitucionalidade..	447
22. A questão da legitimidade democrática.....	448